

Walter Mateus da Silva Monteiro
waalmonteiroo@gmail.com

Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Ana Caroline Santos Silva
workacss@gmail.com

Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Taianan Alves Uzeda Luna
taianan.uzeda@hotmail.com

Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2016. Graduada em Ciência Contábeis Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2014. Professora da Faculdade Adventista da Bahia. Atualmente desenvolve pesquisas no Grupo de Pesquisa em Gestão da Fadba e no Laboratório de Pesquisa em Contabilidade de Gestão da UFBA.

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18 – Capoeiruçu - CEP: 44300-000 - Cachoeira, BA

Recebido em 17/setembro/2018
Aprovado em 15/novembro/2018
Sistema de Avaliação: Double Blind Review

MOEDA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE SEU IMPACTO NA COMUNIDADE DE SANTIAGO DO IGUAPE – BA

RESUMO

Um dos instrumentos da economia solidária para o auxílio à população são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento com seu instrumento de incentivo, moeda social, ela executa uma função econômica ao trazer estímulo do consumo na esfera onde se situa. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar o impacto da moeda social Sururu no faturamento do comércio de Santiago do Iguape/BA, buscando entender as possíveis contribuições do Banco Comunitário e da moeda no faturamento do comércio local. A metodologia aplicada utilizou um questionário de múltipla escolha e uma entrevista com o precursor do projeto na comunidade. Os dados analisados foram classificados em quatro grupos, onde inicialmente foi traçado um perfil dos proprietários, em seguida foram adquiridas informações sobre os respectivos estabelecimentos, mostrando um comércio informal em sua maioria, tendo como principal dificuldade a falta de capital. Após isso se buscou entender a posição dos respondentes em relação ao banco comunitário BSQI e à moeda social Sururu, que mostrou que os comerciantes buscaram aderir à moeda para melhoria da região, e também algumas dificuldades ainda presentes, como a dificuldade de visão do BSQI como banco ou financeira, e por fim a percepção dos mesmos em relação à variação do faturamento após a implantação da moeda. Pôde-se concluir que o banco e a moeda vêm ganhando espaço dentro da comunidade e a circulação da moeda proporcionou um aumento na receita dos comércios que aceitaram a circulação da moeda social em seu

Palavras-chave:

Economia Solidaria. Banco Comunitário. Moeda Social. Moeda Sururu.

MONTEIRO, Walter Mateus da Silva; SILVA, Ana Caroline Santos; LUNA, Taianan Alves Uzeda. **Moeda social:** uma análise sobre seu impacto na comunidade de Santiago do Iguape – BA. Revista Formadores - Vivências e Estudos, Cachoeira - Bahia, v. 11, n. 6, p. 26 - 39, dez, 2018.

estabelecimento. O grau de aumento do faturamento se apresentou maior nos comércios com maior quantia de moeda circulando. Isso indica que quanto maior a adesão e utilização da moeda sururu dentro do empreendimento maior será o aumento no seu faturamento.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto de exclusão social e econômica mundial, tem surgido uma acentuada reflexão diante da ausência de possibilidades que as populações com índice de baixa renda têm enfrentado para aumentar seu orçamento financeiro e, assim, obter uma vida com melhores condições (SOUZA, 2011).

Nesse sentido, a economia solidária surgiu para contribuir com projetos, sejam eles governamentais ou não, que se conectam a um grupo de opções que visam melhorar a vida da comunidade em que o referido público alvo da pesquisa está inserido em seus diversos aspectos. Um dos instrumentos da economia solidária para o auxílio à população são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) (RIGO E FRANÇA FILHO, 2017).

França Filho e Silva Júnior (2009) conceituaram os BCDs como uma atividade de finanças solidárias de suporte às economias populares de regiões com o índice de desenvolvimento humano baixo, são considerados um mecanismo social de profunda relação com as técnicas de controle do desenvolvimento territorial, atuando na viabilização de créditos, nas possibilidades de a população ter acesso ao crédito, e fornecimento de variados serviços financeiros dentro da localidade na qual estão inseridos.

No Brasil, o primeiro banco comunitário a ser fundado foi o Banco Palmas em 1998, ele foi criado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira, um bairro da periferia de Fortaleza - CE. Inicialmente produziram um sistema econômico no bairro, tendo uma linha de crédito alternativo para produtores e consumidores através de ferramentas para o incentivo do consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante) com novos modelos de consumo (feiras e lojas solidárias). Isso propiciou emprego e renda para muitos habitantes da comunidade (DE PAULA, 2013).

Focalizando no instrumento de incentivo “moeda social”, ela executa uma função econômica ao trazer estímulo do consumo na esfera onde se situa, fazendo surgir um fluxo interno de riqueza. Sua utilização abrange a noção de empoderamento dentro do ambiente, como o sentimento de pertencimento à comunidade e a valorização da identidade do lugar de acordo com suas características.

Na Bahia foram identificadas algumas localidades, tais como: Os municípios de Cairu, Canavieiras, Ouriçangas, a Vila de Matarandiba em Vera Cruz, a comunidade quilombola Santiago do Iguape e o bairro de Santa Luzia em Simões Filho, que aderiram ao uso dessa tecnologia social. Em especial, neste estudo foi abordada a experiência da comunidade quilombola Santiago do Iguape, que fica localizada à margem esquerda da Baía do Iguape, a 40 km da cidade de Cachoeira- Ba.

Santiago é uma das diversas comunidades quilombolas do vale do Iguape a adotar a moeda social, nesse caso específico denominada de “sururu” um molusco típico na região e uma importante fonte

de renda da população local. A adoção da moeda se deu em decorrência de uma série de fatores, entre eles — a implantação do primeiro banco solidário quilombola da Bahia- BSQI localizado na comunidade.

Essa proposta de investigação surgiu a partir das reflexões bibliográficas sobre o tema. Tendo como problema central a compreensão do impacto da moeda social Sururu no faturamento do comércio de Santiago do Iguape. Nesse contexto a pesquisa teve o objetivo de identificar as possíveis contribuições do Banco Comunitário do Vale do Iguape no faturamento do comércio local, a partir da introdução da sua moeda social, Sururu. Com isso foi analisado se há, e como ocorre a participação da moeda na realidade do comércio local e descrito o contexto sócio-histórico da comunidade quilombola do Santiago do Iguape.

Ademais, este estudo foi motivado devido ao acesso facilitado de informações dentro da comunidade pesquisada, propiciando a ampliação do debate acerca do tema. Assim sendo, o mesmo buscou fomentar a pesquisa contábil no âmbito da economia solidária, com futuros estudos sobre moedas sociais e metodologias contábeis para essa tipologia de economia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão da literatura contemplou o contexto histórico, conceitos e fundamentos da economia solidária, juntamente com a caracterização dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Moedas Sociais, por fim alguns estudos anteriores realizados referentes ao tema.

2.1 Economia Solidária: uma alternativa ao desenvolvimento.

A economia solidária teve sua origem com a reiteração do método utilizado pelas cooperativas criadas no século XIX concomitantemente ao domínio do capitalismo, com íntima ligação ao movimento operário, que buscava assegurar melhores condições de vida aos os trabalhadores, bem como os princípios da produção de bens, de organização do trabalho e a circulação de riqueza (GAIGER, 2013).

Singer (2002) mostrou que a chegada do cooperativismo no Brasil se deu através dos emigrantes europeus no século XX, através de cooperativas de consumo e agrícolas, na cidade e no campo respectivamente. Já no século XXI, a criação da Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS), resultado da parceria entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), veio propagando conhecimentos a cerca da economia solidária, simultaneamente trazendo a atividade de criação de credito solidário, com o propósito de instaurar uma rede nacional de crédito solidário. A partir deste contexto mais recente, a economia solidária ganhou força e passou a ser propagada por todo o país.

O referido autor conceituou Economia Solidária como um sistema de produção que se sustenta na igualdade de direitos. Os recursos produtivos são de pertencimento do grupo que trabalha com os mesmos. Ademais, todos os negócios da economia solidária são gerenciados por aqueles que estão envolvidos no projeto (SINGER, 2008).

A extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária¹ (SENAES) definiu Economia Solidária como uma prática distinta de subsistência desde a produção até as relações de comércio ou de permuta. Dentro dela, os empregados são também os donos do negócio, são eles que cuidam desde a divisão do trabalho até a tomada de decisão, ao contrário da Economia Convencional, onde há uma separação entre empregadores e empregados (MTE, 2018).

Wellen (2012) avaliou que a expressão “economia solidária” é apresentada trazendo um novo significado para a junção destes dois termos, sendo que atualmente, eles por si só entram em contradição, pois o desenvolvimento do mercado capitalista invalida as relações econômicas que não tenham como foco principal obter lucratividade, ou seja, as relações solidárias.

Alguns pontos norteiam a economia solidária, estes são considerados como seus fundamentos: cooperação, onde todos trabalham em colaboração para que um objetivo comum seja alcançado; autogestão, este fundamento trás o modelo em que os empregados também são os donos do negócio; a solidariedade é o princípio que sobrepõe à competição que é tão adotada nas empresas capitalistas, o objetivo da lucratividade é substituído pela preservação de postos de trabalho, por exemplo; e a motivação econômica, trazendo ações de iniciativas de produção, comerciais, troca, consumo e crédito (SINGER, 2003).

2.1.1 Bancos Comunitários

Tendo como base os princípios da economia solidária, os bancos comunitários são instituições coletivas de natureza associativa que atuam prestando serviços financeiros solidários em rede, direcionados para gerar trabalho e renda para a comunidade na qual eles estiverem inseridos. Algumas de suas características são: os tipos de territórios em que eles atuam, optando por localidades com alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social e também operam sempre com duas linhas de crédito, o real e uma moeda social circulante. Estas linhas de crédito são utilizadas com o objetivo de fomentar uma rede de produção e consumo local, alavancando o crescimento endógeno da comunidade (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

O primeiro banco comunitário foi implantado no ano de 1998 em Fortaleza - CE no Conjunto Palmeira, Denominado Banco Palmas e com a moeda social “Palma”. A partir do ano de 2003 alguns outros bancos haviam sido criados em outros municípios nos estados do Ceará e Espírito Santo, e então a metodologia de finanças solidárias dos BCD passou a ser cada vez mais abordada em outros municípios, sendo vista como um mecanismo efetivo na produção de renda para a classe menos favorecida. (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

A discussão conceitual à cerca de bancos comunitários ainda é rudimentar, sendo que a necessidade desta definição apenas foi vista a partir do momento em que o Instituto Banco Palmas em parceria com a SENAES passou a reproduzir a metodologia utilizada pelo primeiro banco comunitário criado, o Banco Palmas, que até então tinha uma experiência prática muito conhecida, porém, para que pudesse ser disseminada, era necessário que se entendesse o que de fato é um banco comunitário de desenvolvimento.

1. Extinta em 4 de novembro de 2016, após a assunção do atual governo de Michel Temer, e criada uma subsecretaria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Relações do Trabalho, no Ministério do Trabalho.

2.1.2 Moeda Social

Conforme Soares (2009, p.255), a “moeda social é uma forma de moeda paralela instituída e administrada por seus próprios usuários, logo, sua emissão é originada na esfera privada da economia”.

A moeda social é uma rede adicional para a economia. Sendo produzida e administrada pelos seus usuários. A moeda enquanto tal não tem valor, o mesmo é adquirido através do ciclo de troca de trabalhos. Sendo assim, ela vai servir como intermediária para essas trocas. Para a moeda social não existe muito valor em guardá-la, mas sim interessa trocá-la constantemente por bens e serviços que venham responder às necessidades dos integrantes da comunidade (MUTIRÃO ABAPORU, 2000).

Segundo Dias, Cunha e Araújo (2015) As moedas sociais assemelham-se ao escambo, que se define como permuta de produtos por mão de obra, contudo se iniciam como opção a esse, possuindo características próprias. A moeda exerce um papel de grande importância social ao elevar os laços de cooperação entre os residentes, em virtude de que estes novos moldes são criados e administrados por eles mesmos, que atuam segundo a vontade política da comunidade.

2.2 Estudos Anteriores

A relação entre moeda social e desenvolvimento local já foi tema de outros trabalhos acadêmicos. Estudos anteriores evidenciam como a temática é compreendida, porém grande parte destes trabalhos teve sua visão voltada para as áreas econômicas e administrativas.

Eça (2016) fez uma reflexão sobre a problemática da relação entre a economia e as relações de trabalho, e o fato dela estar intimamente ligada ao desemprego. Desta forma constatou que a Economia Solidária pode ser um mecanismo muito eficaz utilizado para driblar esta situação viabilizando emprego e renda. Partindo da análise do contexto histórico no Brasil, encontrou uma alternativa viável na Bahia, o Banco solidário de Santiago do Iguape, adepto da Economia Solidária. Para desenvolver o estudo, ela utilizou-se da pesquisa bibliográfica e procurou analisar a ótica de alguns autores focados na dinâmica dessa economia, além disso, também visitou o banco comunitário para obtenção de informações.

Dialogando sobre moeda em um sentido antropológico, Rigo, França Filho e Leal (2015) buscaram expandir a visão sobre a mesma. Os autores abordaram a discussão sobre a utilização das moedas sociais nos procedimentos dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, com o objetivo da reflexão sobre a experiência do BCD Ilhamar e da moeda social Concha, implantados, desde 2007, na comunidade Matarandiba, no município de Vera Cruz, na Bahia. Nesta pesquisa puderam identificar desafios como: o processo de desenvolvimento de confiança dos moradores em relação à utilização da moeda; a possibilidade de criar e manter altos níveis de união social na comunidade; a forma de organização que a comunidade já possuía, e a que precisava alcançar. Desafios estes que vêm a ser úteis para demais experiências com moedas sociais.

Kohler e Oliveira (2013) trouxeram uma análise teórica acerca da importância das moedas sociais, ressaltando seu vínculo com a base econômica local e/ou na velocidade da movimentação da moeda,

com o objetivo de evidenciar sua aptidão para se estabelecer como um mecanismo complementar para o fomento da economia regional, utilizando-se de recursos inoperantes, principalmente incluindo parte da sociedade encontrada na parte inferior do processo econômico. O estudo salienta a oportunidade desse tipo de moeda como um dos instrumentos que pode maximizar a economia local, por ser capaz de, de acordo com seu contexto, enriquecer a base monetária ou aumentar a rapidez do fluxo da moeda, estimulando a geração de emprego e renda por novas atividades econômicas, ao apropriar-se dos recursos que estão em desuso ou subutilizados.

O caso da moeda social Palma foi abordado no estudo de Nascimento (2011), com aplicação válida somente no Conjunto Palmeiras em Fortaleza - CE. Visando apontar que a política de Economia Solidária, integrada com a utilização da moeda local, implantada pelo Banco Comunitário, estimula a rede de solidariedade local, como um instrumento simultâneo de desenvolvimento. Nesse sentido, proporciona a comercialização dos produtos da comunidade fazendo a renda circular no próprio bairro e promove o crescimento econômico. Os achados do estudo identificaram que alguns fatores influenciam positivamente no faturamento do comércio local, são eles a assistência dos gestores do banco com seus clientes, juntamente com a moeda social funcionando como um bônus local. Também foi identificado que os empréstimos disponibilizados para as empresas atuam de forma direta no aumento de produtividade das mesmas.

Levantando o tema da Economia Solidária, Passos (2007) trouxe como foco de seu estudo as Finanças Solidárias, especialmente, os Bancos Comunitários. O problema que orientou a pesquisa foi: O que são Bancos Comunitários e como se sustentam? Com o intuito de encontrar uma solução para esta pergunta a autora desenvolveu um estudo exploratório, e utilizou estudos de caso do o Banco Palmas (Fortaleza / CE) e o Banco Bem (Vitória / ES). Estes dois estão ligados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O que se pôde perceber com essas experiências, que são elencadas como serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, que tem o objetivo de gerar emprego e renda sob o entendimento de reestruturação das economias locais, utilizando-se dos princípios da Economia Solidária. Foram descobertas características que estão diretamente ligadas à forma como esses experimentos se sustentam, possuindo um desenvolvimento sustentável em conjunto, que se dá na harmonização de diversas dimensões - econômica, social, política, gestão, cultural e ambiental.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, o presente estudo foi conduzido na comunidade de Santiago do Iguape, localizada na Bacia do Iguape, a 40 km do perímetro urbano de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia e a 110 km da cidade de Salvador, capital do estado. A comunidade fica as margens da Baía do Iguape, área de grande produtividade e diversidade biológica, caracterizada por extensos manguezais, além de apresentar grande potencial pesqueiro, possui boa condição de navegabilidade, o que torna a região ainda mais relevante do ponto de vista socioeconômico.

Tratando-se da economia da comunidade, a pesca é um elemento essencial para a subsistência dos seus residentes, considerando que a maior concentração dos habitantes se alimenta e trabalha da pesca. Sendo que o pescado é distribuído nas feiras da região. Dentro da comunidade também

existe o criatório de ostras, que com o mesmo método de vendas dos pescadores, é distribuído para comerciantes locais e nas cidades vizinhas. Já o seu comércio é composto por pequenos empreendimentos oferecendo itens básicos para vivencia.

O presente estudo trouxe como universo analisado as empresas da comunidade quilombola Santiago do Iguape. A amostra, no que lhe diz respeito, é formada por uma parcela desses comerciantes do município, cadastrados no Banco Solidário Quilombola da Bahia – BSQI e usuário da moeda social Sururu. O tipo de amostra aplicada foi a não probabilística por conveniência e alcançabilidade, por conseguinte, devem estimar-se as limitações da pesquisa em situações de generalização.

Tendo como finalidade captar a percepção dos proprietários das empresas da região sobre as mudanças no rendimento do negócio após o início da circulação da moeda Sururu, este trabalho fez uso da utilização de um questionário de múltipla escolha e uma entrevista com o precursor do projeto na comunidade. Os instrumentos empregados foram uma adequação do recurso aplicado no estudo de Nascimento (2011), as adaptações foram essenciais por conta da substituição do ponto a ser pesquisado, aspirando que esta pesquisa pretende assimilar o impacto da circulação da moeda social nos comércios da área onde foi implantada.

O questionário foi aplicado a 9 comerciantes utilizadores da moeda social em seu estabelecimento, durante o mês de junho de 2018. O questionário aplicado é composto por 16 questões, sendo elas classificadas em quatro grupos: informações sobre o proprietário; informações sobre o estabelecimento; em seguida a posição do comerciante referente ao BSQI e a moeda Sururu; por fim, informações sobre a variação de receita do estabelecimento após a movimentação da moeda social.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Perfil dos Proprietários

Inicialmente, na Tabela 1, o questionário procurou trazer características dos proprietários dos comércios estudados, traçando assim um perfil para os trabalhadores, com o objetivo de conhecer estes pequenos empreendedores e suas respectivas situações financeiras.

	Alternativas	Freq.	%
1º Questão Gênero	Masculino	6	66,667
	Feminino	3	33,333
	Total	9	100,000
2º Questão Idade	Até 20	0	0,000
	Entre 21 e 30	0	0,000
	Entre 31 e 40	6	66,667
	Acima de 40	3	33,333
	Total	9	100,000
3º Questão Grau de escolaridade	Sem instrução	0	0,000
	Alfabetizado	1	11,111
	Fundamental	1	11,111
	Médio	7	77,778
	Superior	0	0,000
	Total	9	100,000
4º Questão A empresa é a única atividade remunerada?	Sim	7	77,778
	Não	2	22,222
	Total	9	100,000

Tabela 1: Perfil dos Proprietários

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que 6, dos 9 comerciantes, possuem entre 31 e 40 anos, e 3 deles estão acima dos 40. Havendo um quadro que em sua totalidade possui pessoas acima dos 30 anos, o que mostra que se trata de um grupo mais maduro.

Se tratando de gênero, a pesquisa revelou que a presença dos homens no comércio local é predominante. Enquanto 6, dos 9 pesquisados, se enquadram no gênero masculino, apenas 3 são do gênero feminino.

Sobre o grau de escolaridade, pôde-se verificar que a situação acadêmica dos comerciantes é composta por 7 com o ensino médio completo, 1 com ensino fundamental, 1 deles possui alfabetização, revelando que todos dos respondentes possuem algum grau de instrução, porém nenhum deles acessaram o nível superior.

Referente aos meios de obtenção de rendimentos destes comerciantes, foi evidenciado que, aproximadamente, 78% do total de entrevistados tem como fonte de renda apenas o seu comércio, e apenas 22% possui outra forma de obter remuneração, indicando que a sobrevivência desses negócios é vital para a subsistência dos mesmos.

4.2 Informações sobre o Estabelecimento

Após o reconhecimento do perfil dos comerciantes da região, este ponto detalha as características das microempresas estudadas conforme demonstrado na Tabela 2.

	Alternativas	Freq.	%
5º Questão Tempo de funcionamento da empresa	Menos de 1 ano	0	0,000
	1 a 5 anos	1	11,111
	6 a 10 anos	4	44,444
	Mais de 10 anos	4	44,444
	Total	9	100,000
6º Questão Local do negócio	Casa	0	0,000
	Ponto comercial	9	100,000
	Total	9	100,000
7º Questão A Empresa possui CNPJ?	Sim	2	22,222
	Não	7	77,778
	Total	9	100,000
8º Questão Quantidade de funcionários	1 a 3	7	77,778
	4 a 5	2	22,222
	6 a 10	0	0,000
	Total	9	100,000
9º Questão Principais dificuldades na condução da empresa	Capital	6	66,667
	Crédito	0	0,000
	Pagadores duvidosos	0	0,000
	Falta de clientela	0	0,000
	Concorrência	0	0,000
	Capital e Crédito	1	11,111
	Capital e Pag. Duvidosos	1	11,111
	Cap. Créd. e Pag. Duvidosos	1	11,111
	Total	9	100,000

Tabela 2: Informações do Estabelecimento

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A partir dos dados coletados, foram constatadas empresas, em sua maior parte, informais, sendo que da totalidade de entrevistadas apenas 22,22% possuem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Todos os empreendimentos entrevistados possuem um ponto comercial para reger o seu negócio. Pôde-se perceber uma pequena diferença comparando com a estatística apresentada pelo IBGE (2003) onde apresentam que 67,23% dos comércios informais da região metropolitana de Salvador - BA possuem um ponto comercial fora do domicílio.

Nos dados coletados, foram apresentadas empresas em sua maioria com mais de 5 anos ativas, sendo que, dos entrevistados, 4 possuem de 6 a 10 anos no mercado e 4 contêm mais de 10 anos, sendo que apenas 1 possui menos de um ano de funcionamento. Isso demonstra que a maior parte das empresas entrevistadas (quase 90%) já estão consolidadas no mercado. Com relação à quantidade de funcionários trabalhando, variam de 1 a 5, visto que 7 dos respondentes possuem de 1 a 3 pessoas como colaboradores e 2 empresas têm de 4 a 5 trabalhadores.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades na condução da empresa, 66,67% dos comerciantes afirmaram que a principal dificuldade encontrada é a falta de capital. Os demais apontaram o capital, seguido de outras dificuldades, como crédito e pagadores duvidosos. Trazendo outra comparação com os dados apresentados pelo IBGE (2003), 22% dos comerciantes

entrevistados na região metropolitana de Salvador - BA também apontaram a falta de capital como dificuldade para a condução da empresa, no entanto a falta de clientes foi apontada como a maior dificuldade, apresentando um índice de 29%.

4.3 Posição do comerciante referente ao BSQI e a Moeda Sururu

A terceira tabela apresenta a opinião do comerciante em relação ao banco solidário da comunidade e da moeda social como ferramenta para aumento de circulação de riqueza na região. Trazendo questionamentos sobre a visão dos mesmos referentes à iniciativa.

	Alternativas	Freq.	%
10º Questão Motivo da aceitação da moeda	Aumento do faturamento	0	0,000
	Melhoria da Região	8	88,889
	Influência de amigos	1	11,111
	Total	9	100,000
11º Questão Houve melhoria na Região após o projeto?	Sim	8	88,889
	Não	1	11,111
	Total	9	100,000
12º Questão Quando você pensa em banco ou financeira, que nome lhe vem à mente primeiro?	Banco solidário quilombola da Bahia- BSQI	0	0,000
	Outros	9	100,000
	Total	9	100,000
13º Questão O projeto implantado trouxe melhoria para sua vida?	Sim	8	88,889
	Não	1	11,111
	Total	9	100,000

Tabela 3: Posição do comerciante referente ao BSQI e a Moeda Sururu

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quando perguntados sobre qual banco ou financeira os comerciantes possuem como primeira opção de serviço em mente, nenhum dos entrevistados teve como resposta o BSQI. Em entrevista com o precursor do projeto na comunidade, Ananias Viana, o mesmo relatou que ainda há uma dificuldade de visão do BSQI como banco ou financeira por conta da ausência de serviços bancários rotineiros como: saques, depósitos, pagamentos, etc. Ananias ainda informou que houve tentativa de levar estes serviços em parcerias firmadas com bancos públicos, mas com as mudanças políticas sofridas no país durante o período, o projeto não foi à frente.

No quesito motivo da aceitação da moeda, 88,89% responderam que foi devido à melhoria da região, e 11,11% responderam que aceitaram a moeda por indicação dos amigos, nenhum dos comerciantes informou que visaram o aumento do faturamento do seu estabelecimento como motivo para aceitar a circulação da moeda no mesmo. Ainda na entrevista com Ananias, ele discorreu sobre as dificuldades encontradas no início do projeto para aceitação da moeda pelos comerciantes, por falta de conhecimento sobre a iniciativa. Para contornar este obstáculo as

peças envolvidas passaram a visitar os comércios levando informações referente ao banco e sua moeda social, então o programa pôde se desenvolver com aceitação de parte da comunidade. Foi observado nas questões sobre a percepção do desenvolvimento da região após a implantação do projeto e melhoria para a vida do próprio comerciante, que a mesma quantidade de entrevistados respondeu positivamente essas questões, mostrando que a parcela que percebeu progresso do ambiente como um todo, enxergou mudanças positivas também em sua vida individualmente.

4.4 Variação do Faturamento após a Moeda Sururu

A Tabela 4 traz questionamentos relacionados à percepção dos comerciantes à variação do faturamento do seu estabelecimento após a implantação do banco comunitário e a circulação da moeda social na localidade. Com este item, o presente estudo buscou constatar a eficácia da circulação da moeda e qual impacto foi trazido aos comércios da região.

	Alternativas	Freq.	%
14° Questão Em sua percepção, o uso da moeda Sururu contribuiu para aumentar seu faturamento?	Sim	8	88,889
	Não	1	11,111
	Total	9	100,000
15° Questão Qual percentual do aumento do faturamento após a circulação da moeda Sururu?	0%	1	11,111
	1% a 10%	5	55,556
	11% a 25%	2	22,222
	26% a 50%	0	0,000
	51% a 100%	1	11,111
Total	9	100,000	
16° Questão Quanto de moeda Sururu você utiliza em sua empresa por semana?	0,00 a 9,00	1	11,111
	10,00 a 50,00	5	55,556
	51,00 a 100,00	1	11,111
	101,00 a 200,00	1	11,111
	Mais de 200,00	1	11,111
	Total	9	100,000

Tabela 4: Variação do Faturamento após a Moeda Sururu

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na pergunta 14, os comerciantes foram questionados sobre a contribuição da moeda Sururu para o aumento do faturamento. 8 deles responderam que houve uma melhora no faturamento do seu negócio após a circulação da moeda, e apenas 1 respondeu contrariamente.

Referente questão 15 foi necessária a coleta de dados em percentuais por conta da dificuldade dos comerciantes em divulgar valores sobre o faturamento da sua empresa antes e depois da implantação do banco comunitário.

Apartir disso, foi coletada a porcentagem do aumento no faturamento para aqueles que responderam positivamente a questão anterior. 5 deles informaram que sua receita teve um crescimento de 1% a 10%. 2 afirmaram que houve um aumento de 11% a 25%. E apenas 1 apontou que sua receita cresceu mais de 51%.

A última alternativa buscou saber quanto de moeda Sururu cada empresa utiliza por semana. 11,11% dos entrevistados afirmaram fazer uso de menos de 10 Sururus por semana. O maior percentual foi de 55,56% de respondentes que aplicam entre 10,00 a 50,00 Sururus semanalmente. Os demais declararam utilizar valores acima de 50 Sururus no período de uma semana.

Foi observado na aplicação dos questionários que aqueles comerciantes que responderam possuir maior quantidade de Sururu no estabelecimento no final da semana, também apontaram o maior percentual de aumento no faturamento.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa aqui realizada buscou verificar o impacto da moeda social Sururu no faturamento do comércio de Santiago do Iguape/BA, e compreender as possíveis contribuições do Banco Comunitário e da moeda no faturamento do comércio local. Após exposição dos conceitos de Economia Solidária, Banco Comunitário e Moeda Social, realizou-se uma pesquisa dentro da comunidade alvo. Tais instrumentos foram desenvolvidos com a finalidade de promover o desenvolvimento de comunidades isoladas, seja geográfica, política ou socialmente, facilitando a oferta de recursos e promovendo o crescimento econômico local.

Para se atingir o objetivo proposto foi realizada uma entrevista com o líder do projeto da comunidade de Santiago do Iguape e aplicado questionários a 9 (nove) comerciantes locais. Dentre os respondentes, a maioria foram homens (66,67%) com idade acima de 31 anos (100%) e com ensino médio completo (77,78%). Em relação aos estabelecimentos, grande parte opera a mais de cinco anos (88,88%) e não possuem registro de CNPJ (77,78%). Quanto a percepção do impacto do banco e da moeda na comunidade, pôde-se concluir que estes vêm ganhando espaço dentro da comunidade e a movimentação da moeda proporcionou um aumento na receita dos comércios que adotaram sua circulação em seu estabelecimento. O grau de aumento do faturamento se apresentou maior nos comércios com maior quantidade de moeda circulando. Isso indica que quanto maior a adesão e utilização da moeda sururu dentro do empreendimento maior será o aumento no seu faturamento.

Os resultados aqui encontrados contribuem com os estudos a cerca do tema, trazendo à tona a realidade de uma comunidade ainda não investigada. Incentiva-se também estudos no tema dentro da área contábil, tendo em vista que é um campo pouco explorado. Notícias recentes mostram que o uso da moeda social tem se tornado uma alternativa crescente para o estímulo do crescimento endógeno de localidades, a exemplo da criação do “Dindim” para uso no Complexo do Alemão/RJ. Nesse contexto, a contabilidade pode contribuir dando suporte tanto as empresas, cidadão locais e demais usuários de sistema, dando-lhes ferramentas de controle financeiro, e outros conhecimentos específicos a fim de fortalecer os entes envolvidos.

REFERÊNCIAS

DE PAULA, Carolina Gabriel. **Bancos Comunitários, Organizações de Solidariedade?**. 2010. 15 p. Artigo (Bacharelado em Geografia)- Universidade de São Paulo, [S.l.], 2013.

DIAS, Alane Amorim Barbosa; CUNHA, Fabiane Correia; ARAÚJO, Tiago Vinícius Conceição. **O papel das moedas sociais nas feiras de economia solidária e seu papel no desenvolvimento regional**. Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 140, dez. 2015.

EÇA, Tereza Sueli Souza. Introdução. In: Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - ETBCES, VI., 2016, Salvador. **Economia Solidária na Bahia: uma experiência: Banco Solidário Quilombola do Iguape...** [S.l.: s.n.], 2016. p. 1-14.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. São Paulo - SP: Edições Almedina, SA, 2009. p. 31.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S.l.], v. 28, n. 82, p. 212, jun. 2013.

IBGE - Economia Informal Urbana - ECINF: **Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo a principal dificuldade enfrentada nos últimos 12 meses para desenvolver o negócio - RM de Salvador**. 2003. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/setor-informal/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

IBGE - Economia Informal Urbana - ECINF: **Empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo o local de funcionamento - RM de Salvador**. 2003. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/setor-informal/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

KOHLER, Romualdo; OLIVEIRA, Marcos Prestes. **A moeda social como instrumento econômico para potencializar o desenvolvimento local/regional**. 2013. 19 p. Artigo (Bacharelado em Economia)- Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul - RS, 2013.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: Uma rede sob controle da comunidade**. Fortaleza - CE: [s.n.], 2006. 30 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SENAES. **Economia Solidária**. 2015. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

NASCIMENTO, Arilson Martins. **Moeda Palma e o desenvolvimento sustentável do Conjunto Palmeiras através da Economia Solidária**. 2011. 131 p. Dissertação (Pós Graduação em Economia)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2011.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceito, Características e Sustentabilidade**. 2007. 140 p. Dissertação (Mestrado em Administração)- Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA, 2007.

REDE DE TROCAS SOLIDÁRIAS - MUTIRÃO ABAPORU. Manifesto. 25 de Novembro de 2000. Disponível em: <http://www.ifil.org/rcs/noticias/307.html>, acesso em: 19/05/2018.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Introdução. In: RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil: Reflexões a partir da noção de economia substantiva**. Salvador - BA: EDUFBA, 2017. p. 11.

RIGO, Ariádne Scalfoni; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LEAL, Leonardo Prates. **Moedas Sociais nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: A experiência das Conchas em Matarandiba/BA**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social - RIGS, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 1-17, maio/ ago [2015].

SINGER, Paul. Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo - SP: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 122-124.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. Estudos avançados, São Paulo - SP, v. 22, n. 62, p. 288-314, abr. 2008.

SINGER, Paul. Economia Solidária, uma alternativa não capitalista. In: SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. 4ª. Ed. São Paulo - SP: Contexto, 2003. p. 137.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. Moeda Social. In: CATTANI, Antonio David et al. **Dicionário Internacional de Outra Economia**. São Paulo - SP: Edições Almedina, SA, 2009. p. 255.

SOUSA, Thalyta Taumaturgo. **A Economia Solidária como meio para o Desenvolvimento Sustentável: Caso do Banco Palmas**. 2011. 67 p. Tese (Mestrado em Economia e Gestão do Ambiente)- Faculdade de Economia, Universidade do Porto, [S.l.], [2011].

WELLEN, Henrique. Introdução. In: WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da Economia Solidária**. 1ª. Ed. São Paulo - SP: Outras Expressões, 2012. p. 19.